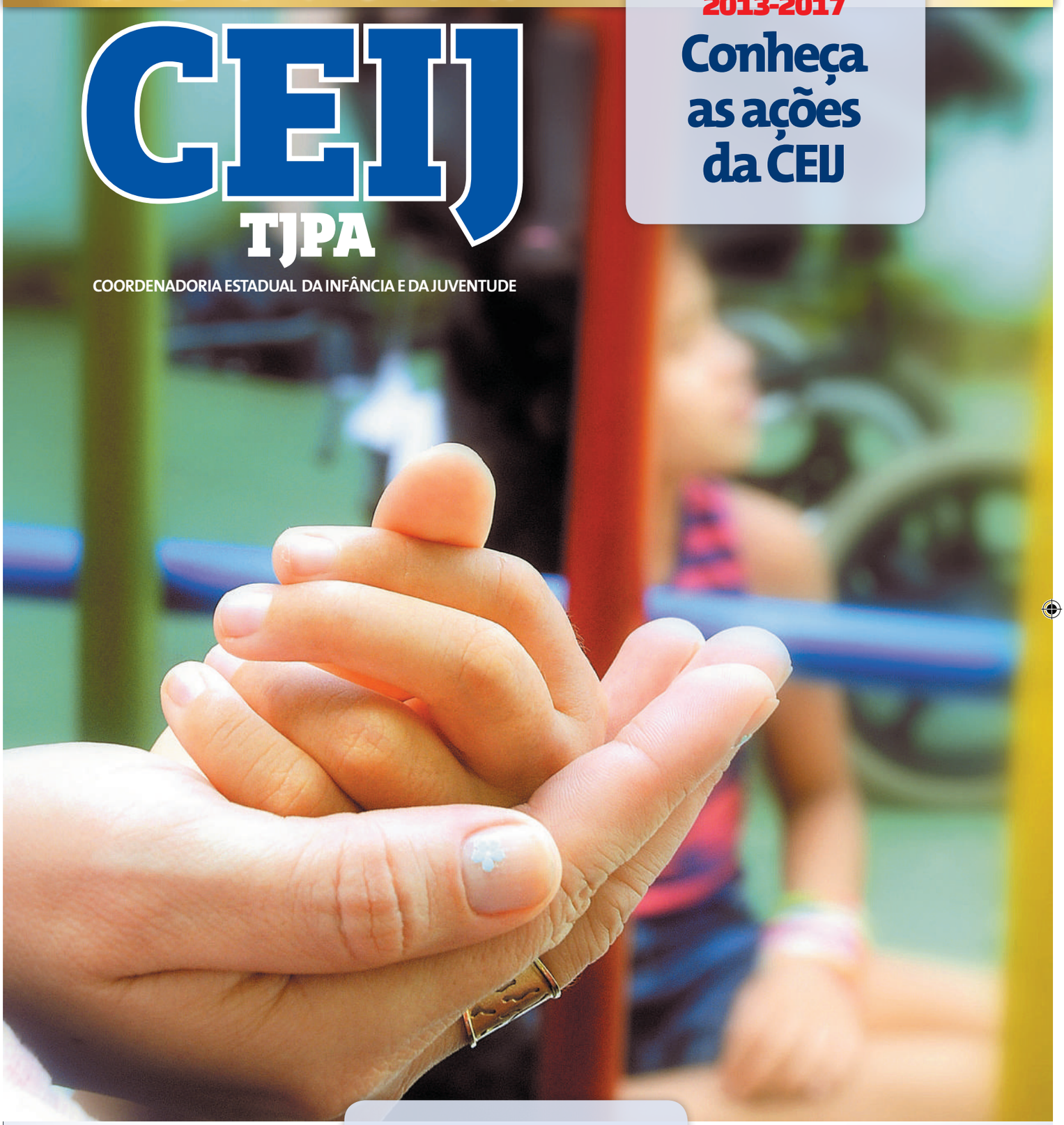
BELÉM, SETEMBRO DE 2017

REVISTA CEIJ TJPA

COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE



2013-2017
Conheça as ações da CEIJ

Conta Comigo fortalece apadrinhamento afetivo 8

Instituições se mobilizam para erradicar trabalho infantil 25

Justiça Infantojuvenil investe em capacitação 30

Revista CEIJ.indd 1 11/09/2017 16:16:21

Coordenadoria Estadual
da Infância e da Juventude

Apresentação

A Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ), do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, é um órgão permanente de assessoria à Presidência do Poder Judiciário, tendo sido criada por meio da Resolução nº 013/2010-GP, em 23 de junho de 2010.

Durante seus sete anos de existência, a CEIJ realizou várias atividades, com vistas a possibilitar o incremento da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos, o enfrentamento à violência sexual, o aperfeiçoamento do sistema socioeducativo, o combate ao trabalho infantojuvenil e o aprimoramento da justiça da infância e da juventude.

Também promoveu cursos e formações sobre a justiça da infância e da juventude, direcionados tanto para magistrados e servidores deste Egrégio Poder Judiciário, quanto para os demais entes do sistema de garantia de direitos, estudantes e sociedade civil.

Nesta publicação, apresentamos as principais ações da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude, as quais foram possíveis graças ao apoio da Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a dedicação e profissionalismo de toda a equipe da CEIJ, aos quais direciono meu cordial agradecimento.

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Coordenador Estadual da Infância e Juventude

Composição da CEIJ

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário	Coordenador
Juíza Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim	Vice-Coordenadora
Juiz Antônio Cláudio Von-Lohrmann Cruz	Juiz Auxiliar
Juiz João Augusto Figueiredo de Oliveira Júnior	Juiz Auxiliar

Secretaria

Alyson Silva Lima *(In memoriam)*	Analista Judiciário/ pedagogo

Núcleo de Assessoramento Especializado

Angélica Freire Fonseca	Analista judiciária/ pedagoga
Fabíola Helena Oliveira Brandão da Silva	Analista judiciária/ psicóloga
France Santos da Cruz	Analista judiciária/ psicóloga
Maria José Chagas Torres	Analista judiciária/ assistente social
Rosana Maria Souza de Barros	Analista judiciária/ assistente social

Expediente

Edição

Departamento de Comunicação / Coordenadoria de Imprensa

Edição de Arte	**Airton Nascimento**
Fotos	**Ricardo Lima**
	Érika Nunes
	Arquivo Ceij

Apoio:

Índice

CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Oficinas oportunizam reflexão sobre direitos 6
Projeto preserva história da origem biológica de quem foi adotado 6
Pesquisa mapeia instituições de acolhimento no Pará 7
Conta Comigo fortalece apadrinhamento afetivo 8
Compromisso afetivo 10
Cursos preparatórios 11
Acompanhamento apoia relação entre padrinhos e afilhados 12
Mesa de debates discute Adoção *Intuitu Personae* 13
Seminário debate entrega voluntária de crianças para adoção 14
Rodas de diálogo tratam de atendimentos em maternidade 15
Projeto abre portas à convivência comunitária 16
Crianças e adolescentes acolhidos participam de manhã recreativa 17
Projeto arrecada fraldas para o Serviço de Acolhimento Calabriano 18

APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Instituições se aliam em prol da garantia dos direitos 19
Capacitação em justiça restaurativa e círculos de paz 20
Curso abordou Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo 21
Oficinas Terapêuticas levam arte e saúde a socioeducandos 22
Projeto debate a redução da maioridade penal 22

COMBATE AO TRABALHO INFANTOJUVENIL

TJPA integra Fórum Estadual 24
Pará lança o Plano de Erradicação do Trabalho Infantil 25
Ceij participa de encontro nacional 26
Fórum discute aprendizagem profissional 26
Concurso artístico protagoniza crianças e adolescentes 27

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Profissionais são capacitados para oitiva especial 29
Depoimentos em ambiente seguro 29

APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Visitas às Varas de Infância e Juventude de Marituba, Belém, Icoaraci e Ananindeua 30
CEIJ faz visita institucional à comarca de Portel 31
Estudo aprimora Justiça da Infância e da Juventude 32

REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÕES NA ÁREA DA JUSTIÇA INFANTOJUVENIL

Pós – Graduação Lato Sensu em Direito da Criança e do Adolescente 32
Curso Aplicabilidade Intercultural Indígena 32
Curso aborda Direito da Infância e da Juventude 33

PARTICIPAÇÃO EM FÓRUNS E EVENTOS NACIONAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Fórum Nacional da Justiça Protetiva 34
Infância e Juventude ganham espaço nas discussões nacionais 36
Reuniões do Colégio de Coordenadores 38

PARTICIPAÇÕES EM PROJETOS E EVENTOS

Cine Debate põe direitos humanos em cena 39
Palestra debate Estatuto da Criança e do Adolescente 39
Evento comemora 10 anos do Abrigo Calabriano 40
CEIJ ganha selo Prata em premiação do CNJ 41
III Workshop "Um Debate sobre a Proteção Integral da Infância e da Juventude" 42

Oficinas oportunizam reflexão sobre direitos

Com os temas "Promoção da Autonomia de Adolescentes Acolhidos", "Apadrinhamento Afetivo para Crianças e Adolescentes com Remotas Chances de Adoção" e "Direito de ter Direitos", a CEIJ promoveu, em maio de 2013, a capacitação de dezenas de agentes integrantes do sistema de garantia de direitos. Também possibilitou a adolescentes acolhidos, reflexões sobre o direito à convivência familiar e comunitária, à educação, à saúde, à profissionalização e sobre a construção de sua autonomia.

Adolescentes participam da oficina Direito de ter direitos

Projeto preserva história da origem biológica de quem foi adotado

O Programa Conhecendo Minha História tem como objetivo efetivar o que estabelece os artigos 47 § 8º e 48 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, garantir que a pessoa adotada conheça sua origem biológica e tenha acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada. Se operacionaliza através da digitalização dos processos de adoção e seus correlatos, garantindo a sua conservação para consulta a qualquer tempo. O Conhecendo Minha História foi institucionalizado por meio da Portaria Nº0827/2014-GP, de 21 de março de 2014. Para ter acesso o usuário deve preencher requerimento padrão, disponível em www.tjpa.jus.br/ceij (aba Programa Conhecendo Minha História) e procurar a Vara da Infância e da Juventude de seu município.

Pesquisa mapeia instituições de acolhimento no Pará

Considerando a importância de conhecer as reais condições dos serviços de acolhimento institucional, a CEIJ apoiou a Pesquisa "Instituições de Acolhimento em Quatro Regiões do estado do Pará – Perfil de Crianças e Adolescentes", realizada em 2014 pelo Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, da Universidade Federal do Pará. Os resultados preliminares da pesquisa foram divulgados através de um Seminário que congregou cerca de 300 pessoas, entre promotores de justiça, defensores públicos, magistrados, profissionais de equipes interprofissionais, estudantes de graduação e demais agentes do sistema de garantia de direitos de diversos municípios do estado do Pará, especialmente das regiões pesquisadas: Metropolitana de Belém, Guamá, Caetés e Tocantins.

A parceria interinstitucional também contemplou a elaboração e divulgação de publicação contendo os dados finais resultantes da pesquisa. O lançamento do Resumo Executivo do Projeto de Pesquisa: Instituições de Acolhimento em Quatro Regiões do estado do Pará – Perfil de Crianças e Adolescentes foi realizado no dia 18 de novembro de 2015, durante o X Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, com a participação dos membros da CEIJ.

Conta Comigo fortalece apadrinhamento afetivo

O Programa interinstitucional de apadrinhamento de crianças e adolescentes acolhidos Conta Comigo, lançado em 2014, foi reestruturado e aprimorado para fortalecer as possibilidades de convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos, com previsão de longa permanência nos serviços de acolhimentos.

Para realizar essa reestruturação e aprimorar o trabalho desenvolvido no Conta Comigo, a CEIJ, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, reuniu os profissionais envolvidos em sua execução para participarem de capacitação, por meio de oficina realizada nos dias 2 e 3 de maio de 2016. A oficina, ministrada pelas psicólogas Maria da Penha Oliveira da Silva e Eliana Carla Barcelos Kobori, da ONG Grupo de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária Aconchego, de Brasília, promoveu o conhecimento de experiências do programa de apadrinhamento afetivo desenvolvido pelo Aconchego, no Distrito Federal. Participaram servidores da CEIJ, de Varas de Infância e Juventude do TJPA, além de servidores dos serviços de acolhimento da capital e do interior.

Profissionais do sistema de garantia de direitos durante oficina de capacitação

Ceij e serviços de acolhimento compartilham experiências

Após a realização da oficina pelo Aconchego de Brasília, ocorreram rodas de diálogos e reuniões diversas com os envolvidos na execução do Programa, ocasião em que foram sugeridas e efetivadas modificações no Programa de Apadrinhamento Conta Comigo, com base em experiências exitosas de outros estados e das capacitações realizadas.

As modificações, que iniciaram em maio de 2016, culminaram com a reestruturação do Programa e com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica nº 35/2016, celebrado entre Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho de Ananindeua (SEMCAT), Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Marituba, Universidade da Amazônia (UNAMA). Posteriormente aderiu ao Termo de Acordo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Canãa do Carajás e mais recentemente a Casa Lar Cordeirinhos de Deus.

Revista CEIJ.indd 8-9 11/09/2017 16:16:24

Oficina promoveu o conhecimento de experiências do programa de apadrinhamento afetivo

Compromisso afetivo

Dentre as mudanças, destacam-se: o Conta Comigo passou a ter uma única modalidade de apadrinhamento, o afetivo. Passou a ter como foco a construção de vínculos afetivos de amizade e referencial saudável de família para as crianças e adolescentes acolhidos, com remotas possibilidades de retorno à família de origem ou colocação em família substituta. As demais modalidades, material, financeira e de serviços, passaram a ser chamados de colaboradores.

No Conta Comigo, o apadrinhamento afetivo se constitui no compromisso assumido por madrinhas e padrinhos em contribuir com cuidados e atenção individualizados, proporcionando às crianças e adolescentes apadrinhados experiências positivas para a promoção de seu desenvolvimento e de sua autonomia.

A madrinha ou padrinho deverá manter contatos regulares (no mínimo de 15 em 15 dias) com seu afilhado/afilhada, fornecendo-lhes carinho e atenção, podendo levá-los para passeios, estar com eles nos finais de semana em sua casa, ou mesmo em férias escolares. O padrinho e madrinha também podem ofertar aos seus afilhados orientações sobre saúde, educação, projeto de vida e formação profissional, desde que respeitada a liberdade de manifestação de pensamento das crianças e adolescentes e sempre objetivando o melhor interesse deles.

Cursos preparatórios

Outra importante mudança foi a sistematização do curso de preparação de pretendentes ao apadrinhamento, efetivado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal do Tribunal de Justiça, em parceria com a CEIJ; do curso de preparação de crianças e adolescentes acolhidos realizado pela UNAMA, com apoio da CEIJ e dos Serviços de Acolhimento envolvidos; e do acompanhamento dos apadrinhamentos realizados, por meio de rodas de diálogos, sob a coordenação da CEIJ, em parceria com os Serviços de Acolhimento e as Varas da Infância e da Juventude.

Considerando a grande importância de todos os envolvidos estarem preparados, cientes da relação que se estabelece por meio do apadrinhamento afetivo, suas possibilidades e limites, o Conta Comigo está estruturado a partir dessa preparação por meio de cursos destinados aos pretendentes e as crianças e adolescentes acolhidos, que estão inscritos no Programa.

O curso de preparação ao apadrinhamento afetivo destinado a pretendentes ao apadrinhamento é semipresencial e possui carga horária de 30 horas. Em 2016, foi realizado curso para uma turma. Já em 2017, foram duas turmas de preparação de padrinhos, uma iniciada em fevereiro e outra em agosto.

A preparação de crianças e adolescentes para o apadrinhamento é realizada no mesmo período da preparação dos pretendentes, por meio de oficinas. São quatro oficinas, com carga horária de 4 horas cada, realizadas pela UNAMA, com apoio da CEIJ e dos Serviços de Acolhimento. As oficinas estimulam a reflexão sobre o tema, principalmente em relação ao papel da madrinha e do padrinho em suas vidas, algo que se diferencia do papel de pai e mãe. Por meio de atividades lúdicas, também há diálogos sobre o gerenciamento da ansiedade na espera pela construção do vínculo afetivo de ser afilhado (a).

Adolescentes e crianças acolhidos participaram do curso de preparação ao Programa Conta Comigo

Acompanhamento apoia relação entre padrinhos e afilhados

O acompanhamento do apadrinhamento realizado pela equipe interprofissional dos serviços de acolhimento e da CEIJ é uma das ações de grande relevância para o sucesso do apadrinhamento, pois através dessas ações os padrinhos/madrinhas e afilhados/afilhadas sentem-se apoiados e fortalecidos na relação afetiva que se consolida por meio da convivência.

Esse acompanhamento é realizado individualmente através de diálogos e entrevistas realizados pelos profissionais dos serviços de acolhimento com afilhados e padrinhos. Ocorre também o acompanhamento em grupo, por meio de rodas de diálogos realizadas mensalmente pelas equipes interprofissionais da CEIJ e dos Serviços de Acolhimento envolvidos. Durante as rodas de diálogos, há troca de experiências entre os participantes e a equipe profissional, além de orientações diversas e apoio mútuo, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos que se estabelecem no apadrinhamento afetivo.

ILUSTRAÇÃO: AIRTON NASCIMENTO

Requisitos para se tornar padrinhos e madrinhas

- Ser maior de 23 anos de idade;
- Guardar diferença mínima de 16 anos entre a sua idade e a idade da criança ou adolescente a ser apadrinhada;
- Ter disponibilidade para compartilhar tempo e afeto com crianças/ adolescentes acolhidos, pelo menos a cada 15 dias;
- Possuir ambiente familiar adequado ao apadrinhamento, de acordo com avaliação da instituição de acolhimento;
- Não ter demanda judicial em que lhe seja imputada a prática de abusos, maus tratos ou negligência para com crianças e adolescentes;
- Apresentar a documentação solicitada;
- Não estar inscrito no Cadastro Nacional de Adoção;
- Participar do curso de preparação para pretendentes ao apadrinhamento;
- Participar dos encontros de acompanhamento do apadrinhamento;
- Zelar pela integridade física, psicológica e moral do afilhado.

RICARDO LIMA

Especialistas debateram o desenvolvimento infantojuvenil e os aspectos jurídicos da adoção

Mesa de debates discute Adoção *Intuitu Personae*

Embora apresente muitas controvérsias, a adoção *intuitu personae*, tem sido prática em todo o país e motivo de amplas e acaloradas discussões no meio social e jurídico. A CEIJ, no intuito da apropriação de conhecimentos introdutórios sobre o desenvolvimento infantojuvenil em seus aspectos biológicos e psicológicos, assim como para o melhor entendimento jurídico do instituto da adoção, promoveu a mesa de debates Adoção Intuitu Personae: consensos e dissensos, realizada no dia 2 de dezembro de 2016, com a finalidade de instalar um programa interinstitucional de atendimento às famílias que pretendem direcionar suas crianças para adoção.

Participaram da mesa o Prof. Dr. Antônio Pereira Júnior, com o tema "Aspectos do neurodesenvolvimento infantojuvenil e seus períodos críticos"; a Prof.ª Dra. Laiane Corrêa, com a palestra "O estabelecimento de vínculos nos primeiros anos de vida: relações de apego e adoção"; e o juiz do TJPA, Dr. Francisco Jorge Gemaque Coimbra, que argumentou sobre os "Aspectos jurídicos e sociais da adoção intuitu personae". A mesa foi presidida pela juíza Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim, vice-coordenadora da CEIJ.

Da esquerda para direita: juíza Daniele de Cássia Silveira Buhrnheim, desembargador José Maria Teixeira do Rosário e juiz João Augusto Figueiredo de Oliveira Júnior

Seminário debate entrega voluntária de crianças para adoção

Considerar os aspectos jurídicos, as motivações e os sentimentos que envolvem a entrega voluntária de crianças para adoção por suas mães e famílias biológicas foi o objetivo do seminário "A entrega voluntária de crianças para adoção e o trabalho em rede". O evento ocorreu no dia 24 de março de 2017, com a participação de membros do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), do Ministério Público do Estado (MPE), da Defensoria Pública do Estado, dos Conselhos Tutelares, além de profissionais das áreas da saúde e de assistência social.

Durante o seminário, ocorreu o lançamento do Grupo de Trabalho Interinstitucional, coordenado pela CEIJ, com o objetivo de elaborar e planejar a implantação de um programa com atuação integrada, que defina um atendimento qualificado à mulher/homem/família que queira entregar a criança à adoção, assim como trabalhe no combate às negociações de adoções irregulares e outras situações que permeiam essa questão. O evento foi idealizado e realizado pela CEIJ, em parceria com a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal.

Rodas de diálogo tratam de atendimentos em maternidade

Três rodas de diálogo foram realizadas pela CEIJ, no Hospital Regional Abelardo Santos, para discutir situações que envolvem entrega de crianças para adoção. Foram definidos fluxos padrões de atendimento entre o Hospital e a Vara de Infância e Juventude do distrito de Icoaraci, com vistas a coibir adoções irregulares e garantir o atendimento qualificado às mulheres/homens/famílias que desejam entregar seu bebê para adoção.

Além das servidoras do hospital, participaram das rodas de diálogo, servidores da vara da infância e da juventude de Icoaraci e da Promotoria da Infância e Juventude do mesmo distrito.

A entrega de crianças para adoção foi tema das rodas de diálogo

Projeto abre portas à convivência comunitária

As crianças atendidas pela Creche Casa Lar Cordeirinho de Deus participaram da programação alusiva ao Dia Nacional da Adoção, transcorrido em 25 de maio de 2017. Por meio do Projeto Brincar Lá Fora, buscou-se proporcionar atividades diferenciadas às crianças, para além da recreação. O objetivo foi despertar a compreensão de que a realização de práticas de lazer e lúdicas em ambientes ao ar livre oportunizam às crianças o acesso ao direito à convivência comunitária, por meio de experiências e contatos com a natureza e com outras pessoas, além daquelas vinculadas à instituição de acolhimento.

A primeira edição do Brincar Lá Fora ocorreu no Museu Emílio Goeldi, buscando criar um espaço de sinergia com as crianças e cuidadores. As atividades foram executadas pela arte-educadora Marluce Silva, que desenvolveu um trabalho cujo foco é a "arte do brincar", realizado por meio de brincadeiras cantadas, danças circulares e contação de história, com vistas a possibilitar o estabelecimento de relações afetivas com as crianças e lhes proporcionar experiências lúdicas e de valorização de suas potencialidades.

O Projeto Brincar Lá Fora é uma iniciativa da CEIJ e, em sua primeira edição, contou com a parceria da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI), Serviços de Cidadania e de Segurança do TJPA, Serviço Médico, Coordenadoria de Imprensa, Comissários da Infância da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Belém e do Comitê de Ação Social e Cidadania.

Projeto Brincar Lá Fora incentiva práticas de lazer e lúdicas em ambientes ao ar livre

A biblioteca do TJPA foi um dos pontos visitados pelas crianças e adolescentes acolhidos

Crianças e adolescentes acolhidos participam de manhã recreativa

As crianças e adolescentes dos Serviços de Acolhimento Calabriano e Dulce Acciolli, localizados em Belém, participaram de manhã recreativa, coordenada pela CEJAI, com apoio da CEIJ e do Comitê de Ação Social e Cidadania.

Os meninos e meninas visitaram o edifício sede do Tribunal, conversaram com o presidente do TJPA, o desembargador Ricardo Ferreira Nunes, e prestigiaram a contação de estórias, realizada por arte educadora. A atividade oportunizou o acesso das crianças e adolescentes à convivência comunitária e possibilitou a aproximação do judiciário com a rede de serviços dos direitos infantojuvenis.

Revista CEIJ.indd 16-17 11/09/2017 16:16:29

RICARDO LIMA

Crianças participaram de atividades lúdicas no espaço de trabalho da Ceij

Projeto arrecada fraldas para o Serviço de Acolhimento Calabriano

A CEIJ instalou o Projeto Solidariedade, que consiste em campanha para arrecadação de fraldas descartáveis destinadas às crianças e adolescentes acolhidos no Serviço de Acolhimento Calabriano. A solenidade ocorreu no dia 27 de junho de 2017, no Fórum Cível da Belém. Além do lançamento da campanha, as crianças participaram de atividades lúdicas no espaço de trabalho da CEIJ e realizaram visitas às dependências do Fórum Cível e na Igreja de São João, situada nas cercanias do Fórum.

Nessa mesma data, em apoio à Campanha, ocorreu a palestra "Educação x Tecnologias – Os desafios da família no século XXI", no Fórum Cível de Belém. O evento foi realizado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal e pelo Serviço de Apoio Psicossocial do TJPA, que apoiaram o Projeto Solidariedade de doação de fraldas, lançado pela CEIJ.

O Projeto é de iniciativa do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, executado pela equipe do Núcleo de Assessoramento Especializado da CEIJ e tem o apoio do Comitê de Ação Social e Cidadania do TJPA. A instalação contou com participação da juíza Margui Gaspar Bittencourt, diretora do Fórum Cível da Capital e da juíza Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim, vice-coordenadora da CEIJ e titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital; além da participação de servidores, de colaboradores do serviço de acolhimento, das crianças e dos adolescentes com necessidades especiais acolhidos na instituição.

APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Instituições se aliam em prol da garantia dos direitos

A CEIJ realizou várias reuniões com as instituições do sistema de garantia de direitos responsáveis pelo atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais.

Em 05 de agosto de 2013, por iniciativa da CEIJ, reunião de trabalho definiu ações conjuntas para melhoria do atendimento socioeducativo no estado do Pará. Participaram representantes da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDAC), Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB/PA). Foram debatidas as dificuldades existentes no atendimento socioeducativo e as alternativas de intervenção para superá-las, estabelecendo-se compromissos para a realização de ações, considerando as especificidades institucionais.

No dia 22 de setembro de 2016, o Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, coordenador da CEIJ, coordenou reunião com representantes do Ministério Público, Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA); Secretária Extraordinária de Integração de Políticas Sociais, Defensoria Pública, OAB/PA e magistrados da varas de infância e juventude da capital, para debater especificamente o atendimento socioeducativo de internação e semiliberdade, a partir de dados apresentados pelo juiz da 3ª Vara da Infância e Juventude de Belém, Dr. Vanderley de Oliveira Silva. Ao final, foi definida a necessidade de elaboração de uma agenda de ações do Poder Executivo a curto, médio e longo prazo, e ainda a apresentação de um estudo de viabilidade técnica para aperfeiçoamento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, a ser apresentado pela FASEPA.

Curso ministrado por Kay Pranis, que trabalha mundialmente na divulgação do método de resolução de conflitos por meio da realização de círculos restaurativos

Capacitação em justiça restaurativa e círculos de paz

Desde 2011, a CEIJ vem promovendo cursos em Justiça Restaurativa e Círculos de Paz, voltado à capacitação de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Pará e outros profissionais do sistema de garantia de direitos. Em 2011, foi realizado o primeiro curso em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Pará (ESM) e com a AJURIS/RS, sobre a metodologia da Comunicação Não Violenta-CNV. A partir dessa capacitação foram implantadas as práticas de JR na então 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, hoje 4ª Vara da Infância e Juventude de Belém.

Em 2013, a CEIJ promoveu, juntamente com a ESM e Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), novo curso de formação em Justiça Restaurativa, desta feita com a Construção de Círculos de Paz, ministrado por Kay Pranis, profissional reconhecida internacionalmente, autora de diversas publicações na área. Além do curso, a professora realizou a palestra intitulada "Círculos de Justiça Restaurativa e de Construção de Paz, envolvendo um público de cerca de 300 profissionais atuantes na área, com o objetivo de ampliar as discussões em favor dos direitos de crianças e adolescentes e em métodos alternativos de resolução e conflitos.

Por entender a importância das práticas restaurativas como estratégia de enfrentamento e prevenção à violência envolvendo crianças e adolescentes, a CEIJ vem apoiando iniciativas do Grupo de Estudos de Justiça Restaurativa - composto por servidores do TJPA, Ministério Público Defensoria Pública, Fundação do Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) e Rede Escola Cidadã/UNAMA - a exemplo do seminário A Paz Pede a Palavra, realizado em 03 de dezembro de 2015, organizado pelo referido grupo, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, possibilitando aos 93 participantes vivências de círculo restaurativo e conhecimentos acerca dos princípios e diretrizes da justiça restaurativa, a partir da ótica do autor Howard Zehr.

A CEIJ também vem colaborando nas discussões de outros setores que têm interesse nas práticas restaurativas, tanto interna como externamente, a exemplo da 3ª Vara da Violência Doméstica contra a Mulher e órgãos dos Poderes Executivos estadual e municipal.

Curso abordou Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Pará, a CEIJ promoveu, no período de 11 a 14 de junho de 2013, curso de atualização sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela Lei 12.594/2012, e sobre os cadastros nacionais mantidos pelo Conselho Nacional de Justiça relativos à infância e juventude.

O curso formou 40 pessoas entre magistrados e servidores do TJPA e foi ministrado pelo juiz José Dantas de Paiva, coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, auxiliado pelo diretor de Secretaria da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Natal, José Francisco de Souza.

Oficinas Terapêuticas levam arte e saúde a socioeducandos

A saúde psíquica dos socioeducandos que realizavam estágio remunerado no TJPA, por meio de convênio firmado com a FASEPA, foi alvo de atenção da equipe da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ). Por conta do estabelecimento de parceria com a Escola de Ensino Superior da Amazônia (ESAMAZ), os serviços de psicologia clínica que a instituição de ensino presta gratuitamente à comunidade se ampliaram para alcançar também aos estagiários socioeducandos.

O Projeto Oficinas Terapêuticas utilizou o método de trabalho da arteterapia, com uso das técnicas e expressões artísticas, em busca do autoconhecimento, do desenvolvimento do potencial criativo e do diálogo entre o inconsciente e o consciente. O projeto teve início no dia 12 de setembro e finalizou em 28 de novembro de 2016, com a participação de 11 socioeducandos. Foram trabalhados temas como autoconhecimento, desenvolvimento emocional e formação profissional, que contribuíram para a promoção e prevenção da saúde mental dos socioeducandos estagiários.

Professor Antonio Pereira Júnior destacou o desenvolvimento humano ao longo da infância e adolescência

Projeto debate a redução da maioridade penal

O crescimento da violência urbana tem levado a sociedade a cobrar do Estado medidas mais severas e punitivas em relação aos adolescentes autores de atos infracionais. Uma das propostas mais alardeadas é a da redução da maioridade penal, que traz em seu bojo valores ideológicos e político-partidários, desconsiderando-se as evidências científicas. Tendo em vista estes aspectos, o Projeto de Pesquisa "A caixa-preta do Desenvolvimento Cerebral: implicações para o Debate da Redução da Maioridade Penal", do Programa de Pós-graduação de Neurociências e Biologia Molecular, da Universidade Federal do Pará, busca contribuir para identificar condicionantes sociais implícitas e associadas com a questão da maioridade penal. O estudo em andamento busca avaliar se a distância psicológica influencia na opinião das pessoas sobre o tema. Para tanto, foram delineados instrumentos de estudo desta temática, sendo que a CEIJ contribuiu na divulgação e na coleta de dados que ocorreram no TJPA.

Este projeto de pesquisa foi apresentado no Seminário sobre Redução da Maioridade Penal, realizado no dia 25 de abril de 2017. O evento foi uma ação do Projeto Arquivo Vivo, da Divisão de Arquivo, do Departamento de Documentação e Informação e teve a finalidade de lançar a exposição "Redução da Maioridade Penal". Em junho iniciou-se a coleta de dados, junto aos magistrados, servidores e jurisdicionados das 1ª, 2ª e 3ª Varas da Infância e Juventude de Belém.

COMBATE AO TRABALHO INFANTOJUVENIL

TJPA integra Fórum Estadual

Desde 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará - por meio da 1ª Vara da Infância e Juventude de Belém e da CEIJ - passou a integrar o Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente. Vários eventos têm sido realizados, como o lançamento da Campanha Nacional Contra o Trabalho Infantil, ocorrido em 07 de junho, nas dependências do Fórum Cível. Com a apresentação do painel "Cenários do Trabalho Infantil no Estado do Pará", contendo dados estatísticos sobre a caracterização do trabalho infantil na cadeia produtiva extrativista e em trabalhos domésticos, o evento teve a participação de cerca de 110 pessoas, oriundas de instituições governamentais, não-governamentais e da sociedade civil.

Ceij é parceiro Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil

FOTOS: RICARDO LIMA

Crianças participam da abertura do Fórum

Pará lança o Plano de Erradicação do Trabalho Infantil

O Plano Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil 2016-2019, lançado em 29 de agosto de 2016, foi elaborado pelo Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente (FPETI-PA), instituição colegiada fundada em 1996 e composta por organizações governamentais e não governamentais, apoiada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

No evento estiveram presentes 120 pessoas, dentre os quais, representantes do sistema de garantia de direitos da Região Metropolitana de Belém, de instituições da iniciativa privada e de órgãos do Poder Executivo Municipal de 22 municípios do estado do Pará.

Revista CEIJ.indd 24-25 11/09/2017 16:16:32

Ceij participa de encontro nacional

A CEIJ participou do Encontro de Fóruns Estaduais, realizado em 22 de novembro de 2016, na sede da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (AMANATRA), em Brasília. Durante o encontro, foi discutido, de forma coletiva, o conceito, os objetivos, a estrutura e a atuação de um fórum estadual ideal. Os debates geraram reflexões norteadoras para a elaboração de planos estratégicos dos fóruns estaduais em 2017.

Fórum discute aprendizagem profissional

Realizada no dia 23 de novembro de 2016, na Secretaria Especial de Direitos Humanos, em Brasília, a 3ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil 2016 debateu os seguintes temas: A aprendizagem profissional: limites e possibilidades; Apresentação e discussão do estudo sobre o Trabalho Infantil nos Grupamentos de Atividades da Cadeia Produtiva Têxtil, a partir de dados da PNAD 2014; Revisão dos critérios para integrar o Fórum Nacional; Ações de mobilização do dia 12 de junho de 2017, Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil e o estabelecimento dos eixos de atuação prioritários para 2017.

Em Brasília, Ceij participou do Encontro do Fóruns Estaduais na Amantra

Crianças e adolescentes expressam criatividade concurso artístico

Concurso artístico protagoniza crianças e adolescentes

O I Concurso de Produção Artística de Combate ao Trabalho Infantil, realizado em junho de 2017, reuniu 37 escolas estaduais de ensino fundamental da Região Metropolitana de Belém. Organizado pelo Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente (FPETIPA), o evento teve como objetivo retratar o combate ao trabalho infantil pela ótica das crianças e adolescentes, através de produções artísticas de pintura/desenho, produção textual

O combate ao trabalho infantil pelo olhar de crianças e adolescentes foi o foco do evento

e musical. As escolas participantes fazem parte do Projeto "Bem Conviver", da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)

No total, foram inscritas 633 produções artísticas, sendo 448 pinturas/desenhos, 9 músicas e 176 produções textuais. Deste total, foram selecionados 196 trabalhos, sendo 106 produções textuais, 81 pinturas/desenhos e 8 músicas.

Os vencedores foram premiados com notebooks, tablets e celulares. Escolas e professores receberam placas de homenagens.

Concurso premia produções artísticas contra o trabalho infantil

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Profissionais são capacitados para oitiva especial

A CEIJ e a ESM elaboraram em conjunto, o Projeto de Capacitação em Técnicas de Entrevista Investigativa, que iniciou em julho de 2011, com o primeiro curso de Capacitação em Técnicas de Entrevista Investigativa com Testemunhas e Vítimas, cuja ministrante foi a Prof.ª Dra. Lílian Milnitsky Stein, da PUC/RS. Participaram do curso analistas judiciários das comarcas de Belém, Abaetetuba, Marabá e Santarém, além da magistrada da Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes da Comarca da Capital.

No ano de 2014, a CEIJ e a ESM realizaram o Seminário "Violência Sexual: Depoimento Especial, Garantias Processuais e Proteção Integral de Crianças e Adolescentes", com o objetivo de proporcionar a construção/divulgação de novos conhecimentos na área e a discussão acerca da temática do depoimento especial de crianças e adolescentes em esfera policial/judicial, quando participaram como membros das mesas de debates, a Prof.ª Dra. Lilian Stein (PUC/RS), Prof.ª Dra. Milene Veloso (UFPA), MM. Juiz José Renato Bezerra (que discorreu sobre a experiência do Depoimento Acolhedor do estado de Pernambuco), a Delegada Simone Edoron e a Promotora de Justiça Leane Barros Fiuza de Mello. Em fevereiro, também em parceria com a ESM, foi realizada a palestra: Oitiva Judicial, Produção de Provas e Garantias Processuais, com a Profª Ms. Jalusa da Silva Arruda, da UFBA.

No mesmo ano, foi realizado o 2ª Curso de Capacitação em Técnicas de Entrevista Investigativa com Testemunhas e Vítimas, ministrado pela Prof.ª Dra. Lilian Stein, novamente em parceria com a ESM, contando com a participação de 10 servidores e uma magistrada e a supervisão das entrevistas investigativas realizadas pelos analistas do TJPA.

Depoimentos em ambiente seguro

A CEIJ articulou, juntamente com a Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes da Comarca de Belém, a instalação de sala com os devidos equipamentos necessários à efetivação da oitiva especial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Esse procedimento passou a funcionar efetivamente no final do ano de 2013. A sala é organizada de forma a oferecer o ambiente necessário para que crianças e adolescentes possam se sentir seguros na prestação de seus depoimentos. Em complementariedade, a CEIJ vem atuando continuamente na implantação progressiva de salas de depoimento especial ou adaptação/melhorias nas salas já existentes, conforme o determinado pela Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência.

Equipe técnica da Ceij com o desembargador José Maria Teixeira do Rosário e o juiz Antônio Cláudio Von-Lohrmann Cruz

APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA

DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Visitas às Varas de Infância e Juventude de Marituba, Belém, Icoaraci e Ananindeua

No segundo semestre de 2015, a CEIJ realizou uma série de visitas às varas da infância e da juventude da região metropolitana de Belém. Os juízes das varas de infância tiveram a oportunidade de conversar pessoalmente com o Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, expondo seus projetos inovadores, ideias para melhoria do atendimento ao jurisdicionado, bem como as dificuldades que ainda necessitam ser superadas na área da infância e da juventude. As demandas apresentadas pelos magistrados foram encaminhadas pela CEIJ à presidência do Tribunal de Justiça, com o intuito da melhoria da prestação jurisdicional das referidas comarcas no que diz respeito à justiça infantojuvenil.

CEIJ faz visita institucional à comarca de Portel

No período de 19 a 21 de março de 2014 a CEIJ efetivou visita institucional à comarca de Portel. Na ocasião além de visita ao Fórum da cidade e reunião com magistrado e servidores do fórum, foi realizada também visita institucional ao serviço de acolhimento de crianças e adolescentes Ágape da Cruz, além reunião com a rede de proteção à criança e ao adolescente.

Visita institucional à comarca de Portel

Estudo aprimora Justiça da Infância e da Juventude

A CEIJ realizou no período de novembro de 2015 a outubro de 2016, pesquisas com o objetivo de conhecer a realidade da Justiça da Infância e da Juventude e das unidades judiciárias com competência em processar e julgar crimes contra crianças e adolescentes, para em seguida propor aprimoramentos na prestação jurisdicional e possibilitar o fortalecimento da garantia à prioridade absoluta prevista nas normativas nacionais e internacionais.

A coleta de dados foi realizada através de formulários elaborados pela CEIJ, com o apoio da Coordenadoria de Estatística e da Secretaria de Informática, sendo disponibilizados on line para as respectivas varas responderem.

Os achados da pesquisa possibilitaram que a CEIJ elaborasse, com maior precisão, sugestões para o funcionamento e aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude, sugerindo à gestão estratégias de fortalecimento deste Poder para o atendimento das demandas envolvendo crianças e adolescentes, tendo como fim último a proteção integral e a prioridade absoluta que regem as normativas nacionais e internacionais relativas.

REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÕES NA ÁREA DA JUSTIÇA INFANTOJUVENIL

Pós–Graduação Lato Sensu em Direito da Criança e do Adolescente

Projeto de iniciativa da CEIJ, promovido pela ESM em parceria com o Ministério Público e a Defensoria Pública e executada pela UFPA. Teve a participação de aproximadamente 60 alunos, entre magistrados, promotores de justiça, defensores públicos, advogados e outros. A pós-graduação buscou ampliar conhecimentos sobre a realidade amazônica, tendo disciplinas como História da Infância e da Juventude no Brasil e na Amazônia e Família, Sociedade e Política Social. A primeira turma concluiu seus estudos em junho de 2015.

Curso Aplicabilidade Intercultural Indígena

Com o objetivo de qualificar magistrados, servidores e trabalhadores da rede de atendimento da região do Xingu para a intermediação do direito da criança e do adolescente considerando a aplicabilidade transversal dos direitos indígenas, a CEIJ em parceria com a ESM realizou, nos dias 26 a 28 de novembro de 2014, o curso de Aplicabilidade intercultural dos direitos das crianças indígenas, no município de Altamira. Cerca de 30 profissionais estiveram presentes na capacitação, dentre eles: magistrados, assessores de juiz e servidores do TJPA, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública locais, além de profissionais que atuam no atendimento de crianças e adolescentes indígenas. Enquanto resultados do curso, pode-se destacar a ampliação do diálogo e a realização da troca de experiências entre as instituições públicas envolvidas na garantia dos direitos infantojuvenis indígenas.

Curso aborda Direito da Infância e da Juventude

De iniciativa da CEIJ, foi realizada, na modalidade à distância, a primeira turma do curso auto instrucional de Direito da Criança e do Adolescente, no período de 19 de outubro a 18 de novembro de 2016. O curso foi destinado a magistrados e servidores, com o objetivo de discutir conhecimentos introdutórios na área do Direito da Criança e do Adolescente, como por exemplo, o histórico e a consolidação de princípios jurídicos internacionais e nacionais nesta área.

Com conteúdo apresentado de maneira didática e visualmente interessante, o curso chamou a atenção do público alvo, que pôde avaliar seus conhecimentos na área, por meio de questionários disponibilizados na própria plataforma de educação à distância. A capacitação, originalmente criada e desenvolvida pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD), do Conselho Nacional de Justiça, foi adaptada pelo Núcleo de Assessoramento Especializado da CEIJ e disponibilizada pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal do TJPA, obtendo a participação de 76 inscritos. A disponibilização do curso on line se coloca como alternativa para a formação básica dos servidores na área da Justiça da Infância e da Juventude, especialmente os recém-empossados.

PARTICIPAÇÃO EM FÓRUNS E EVENTOS

NACIONAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Fórum Nacional da Justiça Protetiva

A busca ativa de pretendentes à adoção, família acolhedora e programas de apadrinhamento foram os temas do Fonajup

O Coordenador Estadual da Infância e da Juventude, desembargador José Maria Teixeira do Rosário, participou, no dia 24 de junho de 2016, do lançamento do Fórum Nacional da Justiça Protetiva (FONAJUP), que reuniu mais de vinte magistrados, no auditório da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). O evento teve o apoio e articulação da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ).

O FONAJUP é um importante espaço de discussão de políticas públicas relacionadas à área da Justiça Protetiva de Infância e a Juventude. A participação do Pará no evento contribuiu para o aperfeiçoamento das políticas públicas em nível estadual e nacional.

De acordo com informações da ABRAMINJ, "a área protetiva da infância e da juventude passa ter um espaço especificamente voltado ao debate e troca de conhecimentos, por juízes de todos os estados da federação e do DF, acerca de questões cíveis, como adoção, conselhos tutelares, violação de direitos e ações civis públicas".

O magistrado João Augusto Oliveira Jr., juiz auxiliar da CEIJ e titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de Belém participou do III FONAJUP, realizado nos dias 25 e 26 de maio de 2017 em Brasília, debatendo, dentre outros temas, a busca ativa de pretendentes à adoção, família acolhedora e programas de apadrinhamento.

Fonajup reuniu magistrados da área da infância e juventude

Infância e Juventude ganham espaço nas discussões nacionais

Com a presença de cerca de 60 magistrados, entre eles o coordenador da CEIJ, desembargador José Maria Teixeira do Rosário, foi realizado, em Brasília, no dia 29 de julho de 2016, o Congresso Nacional da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ). No evento foram debatidas temáticas como a redução da idade penal, o regime de proteção a crianças e adolescentes, o longo tempo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes como uma forma de maus tratos e aspectos controvertidos da socioeducação.

A conferência de abertura foi realizada pelo ministro Carlos Ayres Britto que versou sobre "O Regime Constitucional da Proteção à Criança, ao Adolescente e ao Jovem". A realização do congresso demarca o espaço da justiça da infância e juventude nas discussões judiciais nacionais, a partir da ótica científica.

Colégio discute atendimento jurisdicional prestado às crianças, aos Adolescentes e seus familiares

Reuniões do Colégio de Coordenadores

O desembargador José Maria Teixeira do Rosário, coordenador da CEIJ, vem participando sistematicamente dos Encontros do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude do Brasil, as quais têm sido momentos de valiosas trocas de conhecimentos, com vistas a promover o aperfeiçoamento contínuo do atendimento jurisdicional prestado às crianças, aos adolescentes e seus familiares.

No último encontro, realizado nos dias nos dias 9 e 10 de março, em São Paulo, foram debatidos temas como o Cadastro Nacional de Adoção e a necessidade de seu preenchimento regular; Dados sobre adoção em cada um dos estados do Brasil; Desvinculação das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção das Corregedorias Gerais de Justiça e sua vinculação às Coordenadorias da Infância e Juventude, além de apresentações sobre o funcionamento dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Tribunais de Justiça.

Coordenadores discutiram os dados do Cadastro Nacional de Adoção.

PARTICIPAÇÕES EM PROJETOS E EVENTOS

Cine Debate põe direitos humanos em cena

O projeto "Cine Debate – Direitos Humanos em Cena", que conta com o apoio da CEIJ, levou a três escolas estaduais de ensino da Região Metropolitana de Belém, ações que visam o diálogo sobre temáticas relativas à exploração sexual, exploração do trabalho infantil, tráfico de pessoas, crimes cibernéticos, dentre outros, em que muitas crianças e adolescentes são vitimizados.

O projeto foi idealizado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEJUDH) e conta com o apoio de várias instituições do sistema de garantia de direitos infantojuvenil.

Conselheiros Tutelares participam de palestra sobre o Eca e seus efeitos

Palestra debate Estatuto da Criança e do Adolescente

O desembargador José Maria Teixeira do Rosário, coordenador da CEIJ, ministrou palestra sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, no dia 29 de junho de 2016, em um evento que reuniu mais de 80 conselheiros tutelares, em Belém. Os temas abordados na palestra se referiram aos efeitos das atualizações do ECA nas intervenções relativas ao atendimento de crianças e adolescentes, bem como a eficiência que se faz necessária para atender o que determina as normativas legais.

O desembargador participou da atividade a convite da Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares dos Municípios Paraenses (ACONEXTEL). Na oportunidade, esclareceu as dúvidas e dirimiu os anseios dos conselheiros, diante da necessidade de interagirem mais com a rede de atendimentos.

Evento comemora 10 anos do Abrigo Calabriano

O desembargador José Maria Teixeira do Rosário, coordenador da CEIJ, participou da Celebração de 10 anos do Abrigo Especial Calabriano, realizada no dia 25 de agosto de 2016. Na ocasião foi celebrada uma missa na Igreja São Raimundo Nonato.

Depois, foi realizada uma comemoração no serviço de acolhimento institucional. Estiveram presentes autoridades do sistema de justiça da infância e juventude, pesquisadores que estudam o tema da institucionalização, representantes do sistema de garantia de direitos e da sociedade civil que atuam como voluntários na instituição.

Abrigo acolhe crianças e adolescentes com patologias neurológicas

Desembargadora Odete Carvalho e magistrada Danielle Silveira recebem selo Prata

CEIJ ganha selo Prata em premiação do CNJ

A Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ), do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) recebeu o selo Prata do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). A cerimônia de entrega do prêmio ocorreu na manhã do dia 14/10/2014, durante a 197ª Sessão Plenária do Conselho.

O judiciário paraense foi representando, em Brasília, pela coordenadora da CEIJ, desembargadora Odete Carvalho, e pela juíza da 2ª Vara da Infância e da Juventude, Danielle Silveira. O selo Infância e Juventude é um reconhecimento para os tribunais que investem em boas práticas na priorização e defesa dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto pelo artigo 227 da Constituição Federal.

Nesse sentido, a CEIJ ofereceu cursos de especialização na área da infância e juventude, realizado pela Escola Superior da Magistratura (ESM), capacitou profissionais para atuar na sala de depoimentos especiais e disponibilizou uma sala especial para depoimentos ou escutas especiais no Fórum Cível.

Para a presidência do TJPA, o prêmio é um reconhecimento de que as ações desenvolvidas em âmbito estadual estão no caminho certo. "Temos que priorizar nossas crianças e adolescentes de todas as formas. Com políticas públicas voltadas para essa faixa etária, que possamos educá-los para que eles se tornem cidadãos que participem e contribuam com o crescimento do nosso país".

Revista CEIJ.indd 40-41 11/09/2017 16:16:44

Participantes relataram experiências em relação à garantia de direitos

III Workshop "Um Debate sobre a Proteção Integral da Infância e da Juventude"

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promoveu em Belém, nos dias 19 e 20 de junho, o III Workshop "Um Debate sobre a Proteção Integral da Infância e da Juventude".

Na programação, representantes dos órgãos do sistema de garantia de direitos relataram experiências exitosas em relação a garantia de direitos infantojuvenis. Além disso, houve apresentação das propostas de modificação do Cadastro Nacional de Adoção pelos representantes da Corregedoria Nacional de Justiça e integrantes do Grupo Técnico.

O Pará foi representado no evento pelos juízes Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim, vice-coordenadora da CEIJ e titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Belém; João Augusto de Oliveira Júnior.

O Pará foi representado no evento pelos juízes Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim, vice-coordenadora da CEIJ e titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Belém; João Augusto de Oliveira Júnior, juiz auxiliar da CEIJ e titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Belém e Vanderley de Oliveira Silva, titular da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Belém, além de servidores da CEIJ e das varas da infância e da juventude mencionadas.

C E I J TJPa

Coordenadoria Estadual
da Infância e da Juventude

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO
ESTADO DO PARÁ
1874
NON SIBI
AD JUSTITIA
SEMPER FIDELIS